

## **ECOCERTIFICAÇÕES E CONSUMO SUSTENTÁVEL**

**SILVIA LIMA OLIVEIRA DOS SANTOS**  
UNIVERSIDADE SANTA CECILIA

**MARIA CRISTINA PEREIRA MATOS**  
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## ECOCERTIFICAÇÕES E CONSUMO SUSTENTÁVEL

**Resumo:** O desenvolvimento sustentável é um tema relevante, que consta em várias discussões em encontros acadêmicos e políticos, como possível forma de gerir os recursos naturais e minimizar a pressão antropológica nos ecossistemas. A Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável busca unir os países e atuar de forma a fortalecer parcerias, para trabalharem em favor das pessoas e do planeta, buscando a paz e a prosperidade. Este trabalho aborda a rotulagem ecológica como meio de fomentar o consumo sustentável, verificando por meio de pesquisa bibliográfica quais são as principais certificações ecológicas no Brasil. O conteúdo reunido foi classificado em dois quadros, o primeiro classifica as principais certificações atuantes no Brasil quanto à origem e tipo de agência certificadora, e o segundo quadro quanto à finalidade e objetivos. Ao todo foram listados dezessete selos ecológicos atuantes no mercado brasileiro e o presente estudo classificou estes selos em quatro áreas, sendo elas construção civil, agricultura e alimentos, produtos florestais e sistemas de gestão. Destes selos dez são de origem internacional e sete de origem nacional, três selos são certificados por agência pública e quatorze por agências independentes. Após as discussões, chegou-se a conclusão de que a demanda por produtos sustentáveis está crescendo, todavia, a oferta de produtos certificados ainda caminha em passos lentos no Brasil. A rotulagem ecológica só pode ser eficiente na mudança de comportamento do consumidor se o mesmo compreender o impacto do consumo de produtos não sustentáveis, sendo assim uma campanha de educação ambiental sobre consumo consciente é necessária, para que o processo de certificação leve a nação a alcançar o desenvolvimento sustentável.

**Palavras chave:** Consumo sustentável, certificações ecológicas, desenvolvimento sustentável.

### Introdução

Recentemente a temática do desenvolvimento sustentável tem recebido destaque em várias áreas do conhecimento e tem sido discutido em vários encontros acadêmicos e políticos, como possível forma de gerir os recursos naturais de forma a minimizar a pressão antropológica. A partir da década de 80 a responsabilidade empresarial se destacou no Brasil e no mundo, emergindo como um fator estratégico para as empresas. Muito em breve a produção será limitada pela falta de capital natural ou recursos naturais, uma vez que o aumento da população e do consumo está além da capacidade de recuperação dos ecossistemas. Alguns pesquisadores acreditam que aumentar a eficiência ecológica na produção é um meio de alcançar o desenvolvimento sustentável, porém outros vão além da forma de exploração e produção, e defendem que é necessário haver uma mudança radical no padrão de consumo mundial. A Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável busca unir os países para atuar de forma a fortalecer parcerias, para trabalharem em favor das pessoas e do planeta, buscando a paz e a prosperidade. (DUARTE e TORRES, 2005; TOSSINI, 2006; MAKOWER, 2009; DALY, 2010; ROMEIRO, 2010; ONU BRASIL, 2018).

Este trabalho trata sobre a rotulagem ecológica como meio de fomentar o consumo sustentável. Embora o uso de rótulos para indicar origem e conteúdo de produtos já tenha um histórico de longa data, assim como as informações sobre segurança alimentar, como data ou composição, a preocupação com informações de cunho ambiental é recente, assim como a certificação ecológica. Rotulagem ou certificação ecológica é a concessão voluntária de rótulos de produtos por uma organização privada ou pública, que informa os consumidores sobre o impacto ambiental de um produto. (WESSELLS *et al.*, 2001; POTTS e HAWARD, 2007).

A ecocertificação disponibiliza ao consumidor informações suficientes para que o

mesmo possa realizar escolhas mais sustentáveis. Alguns autores afirmam que nem sempre o conhecimento de questões ambientais, ou a informação de rótulos ecológicos, se traduzem em mudanças efetivas no comportamento de consumo. Outros pesquisadores destacam que algumas vezes a credibilidade dos rótulos ecológicos e das agências certificadoras não é uniforme, pois a abundância de rótulos, emitidos pelos setores público e privado, podem confundir e gerar falta de confiança dos consumidores. (TEISL, ROE e HICKS, 2002; CAI, XIE e AGUILAR, 2017; NITTALA, 2014)

Enquanto isso, outros autores defendem que o interesse do consumidor em comprar um produto certificado e pagar um prêmio por ele está ligado ao fato deste possuir educação ambiental e um grau de percepção ambiental elevado. O consumo verde, consciente ou sustentável, é aquele que demonstra no comportamento de compra e estilo de vida o objetivo de diminuir o impacto negativo do consumo no meio ambiente. Neste sentido, algumas pesquisas levantam a posição de que consumidores ecológicos podem pressionar o mercado, fomentando a produção mais sustentável. Por isso, para aumentar a demanda por produtos ecológicos e sustentáveis, seria necessário realizar uma campanha de conscientização sobre o impacto do consumo sobre o meio ambiente. (WESSELLS, JOHNSTON e DONATH, 1999; KOLLMUSS e AGYEMAN, 2002; BRANDALISE *et al.*, 2009; LEE, 2014; NITALLA, 2014)

Acredita-se que o consumo sustentável pode vir a contribuir com um novo estilo de vida, ligado às questões socioambientais e menos focado no ter, mas sim no ser. Acredita-se que a busca por *status* por meio do consumismo exagerado tem sido a causa de males como a ansiedade, por isso reduzindo o consumo e desacelerando a vida, o ser humano poderia voltar às coisas simples, melhorando sua qualidade de vida. (KOLLMUSS e AGYEMAN, 2002; CANCLINI, 2006; SEN, 2010; ROMEIRO, 2010; LEE, 2014; SÃO PAULO, 2014).

O objetivo deste estudo é verificar por meio de pesquisa bibliográfica quais são as principais certificações ecológicas no Brasil, verificando se as agências certificadoras são nacionais ou estrangeiras, organizadas pelo governo federal (primeiro setor) ou por empresas e organizações sociais (segundo e terceiro setor) independentes.

## **Material e Métodos**

O presente estudo é um trabalho exploratório investigativo e para alcançar o objetivo proposto foi realizada pesquisa bibliográfica em artigos acadêmicos, *websites*, livros, revistas e outras fontes de informação, como meios audiovisuais, entrevistas e documentários. O conteúdo reunido pela pesquisa bibliográfica foi compilado em dois quadros, o primeiro classifica as principais certificações atuantes no Brasil quanto à origem e tipo de agência certificadora, e o segundo quadro quanto à finalidade e objetivos.

## **Resultados**

Segundo PAULA *et al.*, (2015) os principais órgãos brasileiros de certificação são o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) e a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). O Inmetro é uma autarquia federal, atua como Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro) e está ligado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. (INMETRO, 2018). Já a ABNT é o Foro Nacional de Normalização, uma entidade privada e sem fins lucrativos. (ABNT, 2018).

Ainda há outras certificadoras na área de meio ambiente e sustentabilidade atuando no Brasil, entre elas estão o Conselho Brasileiro de Manejo Florestal e o Imaflo, responsáveis pelo selo Forest Stewardship Council – FSC, entre outras que estão listadas na tabela 1. Ao todo foram listados dezessete principais selos ecológicos vigentes no mercado brasileiro,

voltados para a gestão ambiental e a sustentabilidade. O presente estudo classificou estes selos em quatro áreas, sendo elas construção civil, agricultura e alimentos, produtos florestais e sistemas de gestão, como ilustra o Quadro 1:

**Quadro 1 - Principais certificações quanto à origem e tipo de agência certificadora.**

<b>Construção Civil</b>		
<b>Nome da certificação</b>	<b>Origem</b>	<b>Agência certificadora</b>
LEED – GBC	Internacional	Independente
Processo AQUA – Fundação Vanzolini	Internacional	Independente
Inmetro/Procel	Nacional	Público
Selo Casa Azul - Caixa Econômica Federal	Nacional	Público
<b>Agricultura e Alimentos</b>		
<b>Nome da certificação</b>	<b>Origem</b>	<b>Agência certificadora</b>
<i>Rainforest Alliance Certified</i> – Imafloa	Internacional	Independente
IBD (Instituto Biodinâmico)	Internacional	Independente
ECOCERT	Internacional	Independente
<i>Best Aquaculture Practices</i> (BAP)	Internacional	Independente
<i>Marine Stewardship Council</i> (MSC)	Internacional	Independente
<i>Aquaculture Stewardship Council</i> (ASC)	Internacional	Independente
<b>Produtos Florestais</b>		
<b>Nome da certificação</b>	<b>Origem</b>	<b>Agência certificadora</b>
FSC ( <i>Forest Stewardship Council</i> )	Internacional	Independente
Cerflor - Inmetro	Nacional	Público
<b>Sistemas de Gestão</b>		
<b>Nome da certificação</b>	<b>Origem</b>	<b>Agência certificadora</b>
ABNT – Qualidade ambiental	Nacional	Independente
ABNT NBR 16001	Nacional	Independente
SA 8000	Nacional	Independente
<i>Global Reporting Initiative</i> – GRI	Internacional	Independente
ISE-Índice de sustentabilidade empresarial	Nacional	Independente

A partir das principais certificações, apresentadas no Quadro 1, é possível conhecer, de forma breve, finalidades e objetivos das mesmas, como ilustra o Quadro 2:

**Quadro 2 - Principais certificações quanto à finalidade e objetivos.**

<b>Certificações</b>	<b>Finalidade/objetivos</b>
Leadership in Energy and Environmental Design (LEED)	É internacional e no Brasil é certificada pela <i>Greenbuilding</i> Brasil Council (GBC), uma organização sem fins lucrativos. A Certificação LEED possui 7 dimensões que são avaliadas nas edificações e quando atendidas concedem pontos a edificação, sendo que o nível da certificação é definido conforme a quantidade de pontos adquiridos. (GBC, 2018)
Processo AQUA-HQE / Fundação Vanzolini	Aplicada no Brasil desde 2008, pela Fundação Vanzolini, o processo AQUA-HQE é uma certificação internacional para a construção sustentável, que foi desenvolvida a partir da certificação francesa <i>Démarche</i> HQE ( <i>Haute Qualité Environnementale</i> ). (FUNDAÇÃO VANZOLINI, 2018)

Inmetro/Procel – Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica	O Selo Procel indica quais equipamentos eletrônicos e eletrodomésticos são mais eficientes no uso da energia. Esse programa também certifica a eficiência energética em edifícios (PAULA et al., 2015).
Selo Casa Azul - Caixa Econômica Federal	O Selo Casa Azul é certificado pela Caixa Econômica Federal, é uma classificação socioambiental dos projetos habitacionais e promove o uso racional de recursos naturais nas construções e a melhoria da qualidade da habitação. O selo tem o objetivo de reconhecer projetos que adotam soluções eficientes na construção, uso, ocupação e manutenção dos edifícios (CAIXA, 2018).
<i>Rainforest Alliance Certified</i> – Imaflora (Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola)	A Rede de Agricultura Sustentável é composta por organizações internacionais e independentes e desenvolveu a certificação socioambiental <i>Rainforest Alliance Certified</i> <sup>TM</sup> . Com o objetivo de definir práticas agrícolas que causem menos impacto à saúde dos consumidores e dos trabalhadores da atividade produtiva, estabelecendo normas para a gestão ambiental. (PAULA et al., 2015).
Instituto Biodinâmico (IBD)	Realiza inspeções e certificações agropecuárias e alimentícias, é uma certificadora brasileira com atuação internacional. O selo IBD Orgânico atende a todas as certificações orgânicas feitas pelo IBD Certificações no mercado interno e é usado em conjunto com o selo de produtos orgânicos do Brasil. (Selo governamental). Porém a IBD também oferece selos que além de atender o mercado interno também atendem ao Mercado Comum Europeu e todas as certificações feitas para o Mercado Norte Americano (USA). (IBD, 2018).
ECOCERT	É um organismo de inspeção e certificação fundado na França, em 1991. A ECOCERT realiza inspeção e certificação em rastreabilidade e segurança dos alimentos, cosméticos e outros produtos orgânicos, permitindo às indústrias alcançarem o mercado europeu ou varejistas com critérios equivalentes. (PAULA et al., 2015; ECOCERT, 2018)
<i>Best Aquaculture Practices</i> (BAP)	É um selo internacional organizado pela Global Aquaculture Alliance (GAA). O Best Aquaculture Practices - BAP é um programa de certificação de aquicultura, que busca melhorar o desempenho ambiental, social e econômico da cadeia de fornecimento da aquicultura, aumentando a oferta global de frutos do mar de criação responsável. (BAP, 2018)
<i>Marine Stewardship Council</i> (MSC)	O <i>Marine Stewardship Council</i> - MSC trata-se de uma organização global que trabalha com pescarias, conferindo certificação e rotulagem ecológica para o pescado proveniente de pesca sustentável. (MSC, 2018)
<i>Aquaculture Stewardship Council</i> (ASC)	A organização <i>International Social and Environmental Accreditation and Labelling</i> (ISEAL) desenvolveu os Códigos de Boas Práticas, nas quais a certificação ASC estão baseados. Com o objetivo de proteger as comunidades e o meio ambiente, trabalham com um modelo rigoroso de melhores práticas para garantir a viabilidade contínua da indústria da aquicultura. (ASC, 2018).
<i>Forest Stewardship Council</i> (FSC)	Sistema que identifica produtos madeireiros e não madeireiros originados do bom manejo florestal. Existem três modalidades de certificação: Manejo Florestal, Cadeia de Custódia, Madeira Controlada. O FSC -

	Forest Stewardship Council - é uma organização independente, não governamental e sem fins lucrativos, criada para promover o manejo florestal responsável ao redor do mundo. (FSC, 2018)
Programa Brasileiro de Certificação Florestal - Cerflor - Inmetro	O CERFLOR é gerenciado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – Inmetro. A certificação é conferida para produtos derivados de uma floresta manejada de forma ecologicamente adequada, socialmente justa e economicamente viável. (INMETRO, 2018)
ABNT NBR 16001	Sistema da gestão voltado para a Responsabilidade social e estabelece requisitos mínimos, que permite cada organização formular e implementar uma política e objetivos, considerando as exigências legais, compromissos éticos e sua preocupação com a promoção da cidadania e do desenvolvimento sustentável, e a transparência das suas atividades. (ABNT, 2018)
SA 8000	É um padrão auditável baseado na ISO 9001/ISO 14001, nas convenções da Organização Internacional do Trabalho, na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Convenção das Nações Unidas dos Direitos das Crianças. A certificação do padrão SA 8000 envolve o desenvolvimento e a auditoria de sistemas de gestão que promovem as práticas de trabalho socialmente aceitas, proporcionando benefícios à sociedade em geral. (INMETRO, 2018)
ISO 14001	É conferido pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Este selo certifica sistemas de gestão ambiental em empreendimentos e procura avaliar se a empresa usa os recursos naturais de forma racional, preservando a biodiversidade (PAULA <i>et al.</i> , 2015).
<i>Global Reporting Initiative – GRI</i>	O <i>Global Reporting Initiative</i> – GRI cria diretrizes e indicadores para a elaboração de relatórios de sustentabilidade, por meio de uma rede de diálogo, composta por milhares de especialistas. É um instrumento para as organizações de todos os portes, setores ou local, demonstrarem suas práticas de sustentabilidade, incluindo conteúdos gerais e específicos sobre o desempenho socioambiental. (TONIN e MADRUGA, 2012)
Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)	O Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) é um instrumento da BM&FBOVESPA e busca criar um ambiente de investimento compatível com as demandas de desenvolvimento sustentável, tem como objetivo reunir 200 empresas com ações mais líquidas, listadas na Bolsa, e que possuem o foco em negócios sustentáveis. (PEÇANHA, 2012)

O Quadro 2 permite destacar e conhecer o que representa cada certificação, bem como sua finalidade e objetivos.

### Discussões

A pesquisa mostrou que muitas certificações existentes no Brasil possuem uma origem internacional, mas acabam sendo acreditadas por alguma organização brasileira. (PAULA *et al.*, 2015). Outra característica comum das certificações citadas nesta pesquisa é a relevância das organizações sociais na gestão socioambiental, pois a maioria das certificadoras é do Terceiro Setor. Potts e Haward (2007) argumentam que a rotulagem ecológica no setor

pesqueiro foi impulsionada a partir da criação do Conselho de Gestão Marinha (MSC), uma organização não governamental que se preocupa com todo o ciclo de produção, desde os pescadores, até chegar aos consumidores.

Nesta linha de pensamento, Gulbrandsen (2006) declara que atualmente há um processo de transformação do Estado, e em resposta aos desafios da globalização que os Estados não conseguiram enfrentar sozinhos estão surgindo acordos colaborativos, ou alianças intersetoriais, entre Estado, sociedade civil e as empresas. Matos (2007) acredita que esse é um possível caminho para alcançar uma gestão mais sustentável e uma sociedade mais equitativa. A ONU Brasil (2018) declara que o crescimento econômico deve ser inclusivo e sustentável, ou seja, alcançar a prosperidade nacional é distribuir a riqueza do país de forma equitativa, e para isso acontecer, as parcerias entre os setores precisam ser fortalecidas.

Algumas certificações são bem específicas, como as de alimentos orgânicos ou para produtos da pesca ou aquicultura, outras são mais genéricas, como os sistemas de gestão que são amplos e atendem desde microempresas a grandes multinacionais. Nos estudos de Grunert, Hieke e Wills (2014) os entrevistados demonstraram alto nível de preocupação com a sustentabilidade em nível geral, porém baixa preocupação com produtos alimentícios. Já nos estudos de Potts e Haward (2007) a preocupação com saúde e segurança alimentar foi determinante no crescimento do interesse em produtos certificados no setor alimentício, especialmente no setor da pesca. As pesquisas de Cai, Xie e Aguilar (2017) apontam que a preocupação com saúde pessoal é uma das principais motivações auto-orientadas que levam os consumidores a preferir produtos verdes ou sustentáveis.

Alguns autores pesquisados discutem sobre a credibilidade das certificações e a confiança do consumidor nos esquemas de rotulagem ecológica. Estas discussões se levantam e em alguns setores questiona-se a real necessidade de existir a ecocertificação, uma vez que as agências governamentais já exigem o cumprimento de regulamentos, e por meio de fiscalização e controle deveriam proibir a atuação de empresas não-sustentáveis, minimizando o impacto ambiental. Porém nem todos os países possuem governos eficazes em fiscalizar seus produtores, e a realidade é que a maioria dos países em desenvolvimento não restringe por completo atividades ilegais. Sendo assim, a ecocertificação se faz necessária, uma vez que os produtos muitas vezes têm como destino países que aplicam leis rigorosas de segurança alimentar e rastreabilidade de produtos (KIRBY, VISSER e HANICH, 2014; CAI, XIE e AGUILAR, 2017).

Outras discussões levantadas com relação a confiança dos consumidores se dá em âmbito da origem da certificadora, visto que alguns autores destacam que existe consumidores com preferência aos produtos certificados por agências governamentais, e também, outros que confiam mais em produtos certificados por um órgão independente. Esse evento geralmente varia de acordo com o país e com o perfil do consumidor. Em países cujo governo está em descrédito por inúmeros casos de corrupção, torna-se comum que a população tenha as agências governamentais em descrédito, como é a atual situação do Brasil (KIRBY, VISSER e HANICH, 2014; FOLEY e HAVICE, 2016).

Pesquisadores também declaram que uma das barreiras para a ampla utilização dos selos ecológicos é que a certificação de produtos impõe um custo alto aos participantes e empresas interessadas. Por isso alguns autores defendem que os governos devem tentar manter os esquemas de certificação o mais simples possível, com baixos custos, para minimizar esse ônus e reduzir a não conformidade, aumentando o número de interessados nas certificações ecológicas (WESSELLS *et al.*, 2001; CAI, XIE e AGUILAR, 2017).

### **Considerações finais**

Embora a demanda por produtos sustentáveis esteja em ascensão, a oferta de produtos certificados ainda caminha em passos lentos no Brasil. Para que a rotulagem ecológica oriente

o consumidor para um comportamento mais sustentável, se faz necessário que este compreenda o impacto do consumo de produtos não sustentáveis. Neste sentido, uma campanha de educação ambiental pró-consumo em âmbito nacional seria eficiente para aumentar a demanda de produtos certificados. Facilitar a certificação de pequenos produtores, com políticas públicas de incentivo e subsídios para ajudar com os custos que as certificações trazem, pode ajudar o país a alcançar os objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ONU) para a Agenda de 2030.

**Agradecimentos:** A autora agradece o apoio dado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que contribuiu com o financiamento durante o desenvolvimento deste trabalho.

### Referências bibliográficas

*AQUACULTURE STEWARDSHIP COUNCIL (ASC) (website)*. Disponível em: <<https://www.asc-aqua.org/pt-pt/certificacao-asc/>> Acesso em: 18 ago. 2018.

*ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (website)*. Disponível em: <<http://www.abnt.org.br/abnt/conheca-a-abnt>> Acesso em: 18 ago. 2018.

*BEST AQUACULTURE PRACTICES - BAP (website)*. Disponível em: <<https://www.bapcertification.org/>> Acesso em: 20 ago. 2018

*CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. (BRASIL) (website)*. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/sustentabilidade/produtos-servicos/selo-casa-azul/>> Acesso em: 20 ago. 2018.

DALY, Herman E. **Prefácio à segunda edição**. In: MAY, Peter H. (org.). *Economia do meio ambiente: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. (2. Ed.)

DUARTE, Cristiani de Oliveira; TORRES, Juliana de Queiroz Ribeiro. **Introdução**. In: *Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades*, Volume 4. São Paulo: Peirópolis: Instituto Ethos, 2005.

*ECOCERT BRASIL. (website)*. Disponível em: <<http://brazil.ecocert.com/index/index.html>> Acesso em: 21 ago. 2018.

FOLEY, Paul; HAVICE, Elizabeth. *The rise of territorial eco-certifications: New politics of transnational sustainability governance in the fishery sector*. *Geoforum* 69 (2016) 24–33

*FOREST STEWARDSHIP COUNCIL. (website)*. Disponível em: <<https://br.fsc.org/pt-br/fsc-brasil>> Acesso em: 21 ago. 2018

*FUNDAÇÃO VANZOLINI – PROCESSO AQUA/HQE (website)*. Disponível em: <<https://vanzolini.org.br/aqua/>> Acesso em: 20 ago. 2018.

*GREEN BUILDING COUNCIL BRASIL – GBC BRASIL (website)*. Disponível em: <<http://www.gbcbrazil.org.br>> Acesso em: 20 ago. 2018.



GRUNERT, Klaus G; HIEKE, Sophie; WILLS, Josephine. *Sustainability labels on food products: Consumer motivation, understanding and use*. Food Policy 44 (2014) 177–189

INSTITUTO BIODINÂMICO – IBD (website). Disponível em: <<http://ibd.com.br/pt/ServicosCertificacoes.aspx>> Acesso em: 18 ago. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA (INMETRO) (website). Disponível em: <<http://www.inmetro.gov.br/inmetro/oque.asp>> Acesso em: 18 ago. 2018.

KIRBY, David Seán; VISSER, Candice; HANICH, Quentin. *Assessment of eco-labelling schemes for Pacific tuna fisheries*. Marine Policy, Vol. 43, pp. 132-142, 2014.

MAKOWER, Joel. **A economia verde**: descubra as oportunidades e desafios de uma nova era dos negócios. São Paulo: Editora Gente, 2009.

MARINE STEWARDSHIP COUNCIL (MSC) (website). Disponível em: <<https://www.msc.org/pt>> Acesso em: 20 ago. 2018.

MATOS, Maria Cristina Pereira. **Alianças intersetoriais**: um estudo no município de Cubatão/SP. São Paulo, 2007. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo.

NAÇÕES UNIDAS – ONU BRASIL. **Agenda 2030** (website). Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>> Acesso em: 20 ago. 2018

NIITLALA, Rajyalakshmi. *Green Consumer Behavior of the Educated Segment in India*. Journal of International Consumer Marketing (2014), Vol 26:2, pp 138-152.

PAULA, Monica; MARCUZZO, Silvia; PRADO, Naná; RESK, Sucena S.; ARBOCZ, Neuza; BACARJI, Celso; MARCONDES, Dal. **Certificação ambiental**. 2.ed..Cuiabá: Sebrae, 2015.

PEÇANHA, Reynaldo Schirmer. **ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial**: Abordagem crítica sobre processo de seleção da carteira. In: MARCOVITCH, Jacques (org.). Certificação e sustentabilidade ambiental: uma análise crítica. São Paulo, 2012.

POTTS, T.; HAWARD, M. *International trade, eco-labelling, and sustainable fisheries – recent issues, concepts and practices*. Environment, Development and Sustainability (2007) 9: 91–106.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. **Economia ou economia política da sustentabilidade**. In: MAY, Peter H. (org.). Economia do meio ambiente: teoria e prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. (2. Ed.)

SÃO PAULO (Estado) Secretaria do Meio Ambiente/ Coordenadoria de Planejamento Ambiental. **Consumo Sustentável**. CAVALCANTI, Denize Coelho. São Paulo: SMA/ CPLA, 2011. 2ª reimpressão: 2014.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TONIN, Guerino Antônio; MADRUGA, Sergio Rossi. *Global Reporting Initiative – GRI para monitorar a sustentabilidade da empresa: uma avaliação*. In: MARCOVITCH, Jacques (org.). *Certificação e sustentabilidade ambiental: uma análise crítica*. São Paulo, 2012.

TOSINI, Maria de Fátima Cavalcante. **Risco ambiental para as instituições financeiras**. São Paulo: Annablume, 2006.